

AgInt no HABEAS CORPUS Nº 483.221 - DF (2018/0329000-9)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : PEDRO ERNESTO STUMM GONCALVES RORIZ MENDES DOMENICI
ADVOGADO : MANOEL ÁGUIMON PEREIRA ROCHA - DF027230
AGRAVADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por PEDRO ERNESTO STUMM GONCALVES RORIZ MENDES DOMENICI contra decisão que não conheceu do *mandamus*, mas concedeu a ordem de ofício para suspender a execução provisória da pena imposta ao paciente até o esgotamento da jurisdição ordinária.

Reitera o agravante que não tinha ciência da interestadualidade do tráfico, não podendo ser objetivamente responsabilizado pelo fato.

Alega que este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que a prévia condenação pelo delito previsto no artigo 28 da Lei de Drogas não configuraria reincidência.

Requer o provimento do recurso para que a ordem pleiteada seja concedida, em sua integralidade.

É o relatório.

Com fundamento na faculdade prevista no artigo 259, *caput*, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, e diante da plausibilidade dos argumentos apresentados, **reconsidera-se** a decisão impugnada.

Não obstante esta Corte Superior de Justiça possua o entendimento de que "*a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal*" (AgRg no HC 446.805/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 23/08/2018), de acordo com o extrato de movimentação processual obtido na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ainda estão pendentes de julgamento os embargos de declaração opostos contra o acórdão proferido no julgamento do recurso de apelação, circunstância que reveste o pedido dos requisitos necessários ao deferimento da cautela requerida, para que se garanta a efetividade da prestação jurisdicional que será entregue por ocasião do julgamento do mérito deste remédio constitucional.

Ante o exposto, **reconsidera-se** a decisão agravada, dando-se seguimento ao presente *habeas corpus*, **deferindo-se** a liminar para suspender a execução provisória da pena imposta ao paciente até o esgotamento da jurisdição ordinária.

Estando o *mandamus* suficientemente instruído, dispensam-se as informações da autoridade impetrada.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.
Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

